



JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

## PORTARIA DA DIREÇÃO DO FORO

Nº131/2023

*Institui a  
Comissão de  
Acessibilidade  
no âmbito da  
Seção  
Judiciária  
do Rio  
Grande do  
Norte, e dá  
outras  
providências.*

O JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a diretriz constante no ODS 16 da "Agenda 2030" da ONU;

CONSIDERANDO as disposições da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil por meio do Decreto no. 6.949/2009;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.146/2015, que instituiu a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para assegurar e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça(CNJ), que aponta diretrizes sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ Nº 343/2020, que institui condições especiais de trabalho a magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que tenham dependentes legais nessas condições;

CONSIDERANDO os termos da Resolução Pleno no. 16/2021, que regulamenta os procedimentos necessários, no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região, relativos à implementação de adaptações razoáveis e de outros meios especiais de trabalho aos magistrados e servidores com deficiência, ou por motivo de doença ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessas condições, e dá outras providências; e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a inclusão e garantir a plena acessibilidade de todas as pessoas às dependências e serviços da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (SJRN),

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Acessibilidade e Inclusão da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, de caráter permanente e multidisciplinar, com a finalidade de auxiliar na implementação de medidas e propor ações voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão no âmbito da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A Comissão de Acessibilidade terá as seguintes atribuições:

I. Propor, orientar e acompanhar em nível estratégico as ações de acessibilidade e inclusão voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação e à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do órgão por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

II. Promover estudos e análises sobre a acessibilidade nas dependências físicas dos fóruns, prédios e demais unidades judiciárias, identificando possíveis barreiras arquitetônicas e propondo soluções para sua remoção ou adaptação, de acordo com a legislação vigente;

III. Promover estudos e análises sobre a acessibilidade digital, comunicacional e atitudinal nos serviços prestados no âmbito da SJRN, identificando possíveis barreiras e propondo soluções para sua remoção ou adaptação, de acordo com a legislação vigente;

IV. Auxiliar na elaboração e acompanhamento à execução de projetos que visem à adequação dos espaços físicos, visando à eliminação de barreiras e à promoção da acessibilidade universal;

V. Propor aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva, mobiliário e recursos tecnológicos que facilitem o acesso e a utilização dos serviços judiciários por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

VI. Propor ações de desenvolvimento e sensibilização dos servidores e colaboradores da SJRN quanto à questão da acessibilidade e inclusão, por meio de treinamentos, palestras e campanhas educativas;

VII. Receber, analisar e encaminhar denúncias, sugestões e demandas relacionadas à acessibilidade e à inclusão, providenciando as devidas respostas e encaminhamentos;

VIII. Estabelecer parcerias com entidades e organizações da sociedade civil que atuem na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, visando à promoção de ações conjuntas para a garantia da acessibilidade;

IX. Elaborar relatórios e pareceres técnicos sobre acessibilidade arquitetônica, comunicacional, digital e atitudinal no âmbito da SJRN, apresentando recomendações e propostas de aprimoramento;

X. Acompanhar a implementação de políticas e normativas relacionadas à acessibilidade e à inclusão, nacionais e internacionais, e propor ações para sua efetivação;

XI. Propor à Direção do Foro a edição ou alteração de normas e orientações que disponham, parcial ou integralmente, sobre matéria de atuação da Comissão;

XII. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares relativas à acessibilidade, promovendo a fiscalização e o monitoramento contínuo das medidas implementada;

XIII. Aprovar relatório anual de atuação da Comissão, acerca da promoção da acessibilidade e inclusão na Seção Judiciária;

Art. 3º A Comissão de Acessibilidade será composta por membros indicados pelo Diretor do Foro em Ato próprio.

§1º A designação dos membros da Comissão de Acessibilidade levará em consideração a representatividade das diferentes áreas, setores e públicos da JFRN, bem como a expertise em questões de acessibilidade.

§2º A Presidência da Comissão será exercida pelo(a) Juiz(a) Federal Coordenador(a) da área de acessibilidade.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pela Direção do Foro.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **HALLISON RÊGO BEZERRA, DIRETOR DO FORO**, em 12/06/2023, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3538556** e o código CRC **A3AE1AEC**.

Digite aqui o conteúdo do(s) anexo(s) ....